

Presidencialismo vence nas pesquisas do Planalto

CRISTIANA LOBO e JOÃO BOSCO

BRASÍLIA — Duas pesquisas — uma do Palácio do Planalto e outra da cúpula da Aliança Democrática — deram ao Presidente Sarney, no final da semana, a certeza de que a maioria dos Constituintes prefere o sistema presidencialista de Governo, ao contrário do que ficou sugerido nos debates registrados nas duas primeiras etapas da Assembleia Nacional.

O resultado de minuciosa avaliação da tendência dos Constituintes feita pelos Presidentes do PFL, Senador Marco Maciel, e do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, foi levado ao Presidente Sarney na última quinta-feira pelo Senador. Essa análise, que tratou ainda do mandato presidencial, indica um crescimento do número de defensores dos cinco anos — como é o desejo do Presidente.

Segundo o Senador Marco Maciel,

que não quis revelar os percentuais da avaliação da Aliança Democrática, a preferência pelo sistema presidencialista "é esmagadora" e tem uma explicação básica: o parlamentarismo não interessa aos atuais Governadores, aos que sonham em ser candidatos a governos estaduais e aos que aspiram candidatar-se ao Palácio do Planalto.

O levantamento feito pelo Senador Marco Maciel e pelo Deputado Ulysses Guimarães indica que mais de 70 parlamentares têm como projeto pessoal candidatar-se ao governo de seus Estados e por esta razão não desejam um sistema onde teriam seu poder dividido:

— Ninguém acredita também que os chamados "presenciáveis" de hoje desejem, de fato, o sistema parlamentarista — disse Maciel.

Outros parlamentares com trânsito no Governo explicam que o intenso trabalho político que o Palácio do Planalto exerce junto aos constituin-

tes, sem distinção partidária, também contribuiu para a reversão do quadro que anteriormente indicava a tendência parlamentarista.

— O Governo — disse o informante — não pensa em bloco suprapartidário, embora este possa ser formado. O Governo trabalha de forma suprapartidária no atendimento aos pleitos políticos.

Assessores do Presidente Sarney que confirmam a pesquisa do Governo informam que a alavanca que move essa preferência pelo sistema presidencialista é a bancada nordestina na Constituinte, que vê no parlamentarismo a ameaça de consolidação das diferenças regionais na forma como elas se apresentam hoje.

— Hoje, o Presidente da República ainda pode, com determinação pessoal, eliminar uma ou outra injustiça na região. No sistema parlamentarista, os nordestinos ainda teriam que enfrentar a lentidão do sistema

— explica um assessor do Planalto.

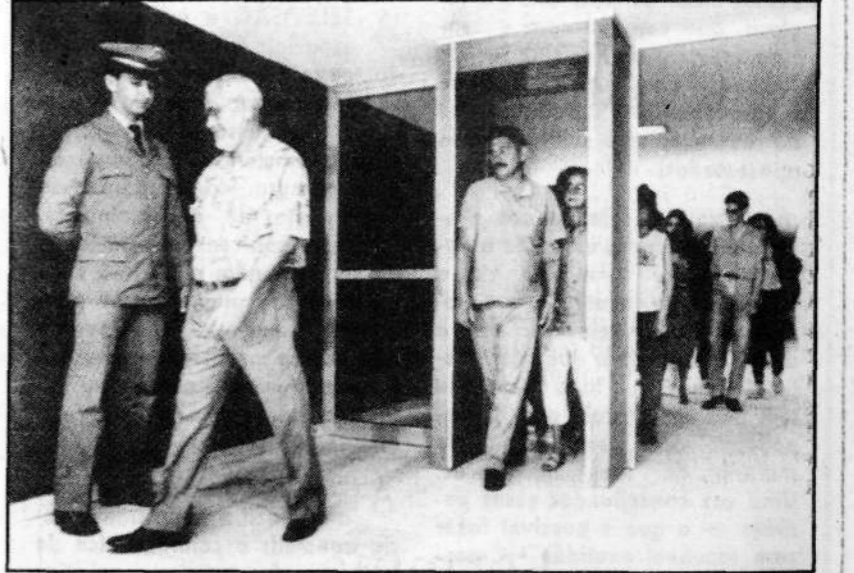
Um outro assessor, entretanto, acha que essas pesquisas não devem ser motivo de euforia, porque podem significar, no máximo, uma tendência circunstancial. Ele observa que o resultado de uma votação é decidido na hora, em função do clima político. Um exemplo foi a votação na bancada do PMDB favorável ao parlamentarismo. Naquela ocasião votava-se menos o sistema e mais uma afirmação de força e independência do partido em relação ao Governo, pois na véspera o Presidente José Sarney havia feito pronunciamento à Nação fixando seu mandato em cinco anos e defendendo o sistema presidencialista. A corrente "progressista" do PMDB conseguiu, então, criar um clima de oposição ao Governo, considerando a fala presidencial como uma interferência indevida no partido e uma agressão à soberania da Constituinte. Nesse clima, o partido optou pelo "sim" ao parlamentarismo como forma de responder ao Presidente da República.

As negociações da Tele-Montecarlo na Itália

O Grupo GLOBO e o Grupo Rizzoli (Fiat) prosseguem as conversas sobre uma possível associação na Tele-Montecarlo.

As negociações, que foram suspensas ontem pelas férias de agosto na Itália, serão retomadas nos primeiros dias de setembro.

Foto de Juan Carlos Gómez



Populares passam pela porta detectora de metais, ainda em experiência

Porta especial evitará armas nas galerias da Constituinte

BRASÍLIA — Uma porta detectora de metais vai evitar, a partir de segunda-feira, durante os debates para elaboração da futura Carta, que alguém entre nas galerias do plenário da Assembleia Nacional Constituinte portando armas. Junto à porta, um homem destacado pela segurança da Câmara usará um bastão especial para localizar os objetos metálicos acusados pelo sensor.

Essa medida de segurança, que pretende prevenir agressões e atentados, vem somar-se a outras, como a limitação do acesso às galerias por populares. Dos 935 lugares, menos da metade, aproximadamente 400, serão destinados ao povo. E mesmo assim, com senhas distribuídas previamente

te pelos partidos, de acordo com sua representação proporcional. Os assentos restantes serão reservados para autoridades, convidados e jornalistas.

A porta especial custou CZ\$ 400 e está passando por testes de regulação para que o sensor não dispare ao detectar, por exemplo, um simples relógio de pulso, brincos ou cordões. O bastão auxiliará especialmente na revista às mulheres, já que o efetivo de 120 seguranças da Câmara é integrado só por homens. O Senado já conta com um dispositivo semelhante nas suas galerias, mas lá a porta é giratória, como uma roleta, e isso dificultaria a saída de centenas de pessoas em caso de tumulto.

PMDB acha saída para reforma agrária

BRASÍLIA — Lideranças do PMDB acreditam já ter encontrado uma saída na Constituinte para a polémica da reforma agrária: imissão imediata de posse, com pagamento em dinheiro se o proprietário vencer demanda judicial. A estabilidade no emprego e a anistia para os militares não devem, porém, ser incluídas no projeto de Constituição. Sistema de Governo e duração do mandato do Presidente Sarney não serão discutidos agora, para não prejudicar as negociações do restante do temário. Ficou decidido, no entanto, que serão apresentadas alternativas admissíveis — o maior número possível — como emendas.

A proposta sobre reforma agrária é apoiada pelo Presidente e pelo Relator da Comissão de Sistematização, Senador Afonso Arinos (PFL-RJ) e Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que se reuniram, quinta-feira à noite, na casa do Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, com o Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto; Senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso (ambos do PMDB-SP); e ainda com o Deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e o jurista Miguel Reale Júnior.

Os participantes da reunião deverão, ainda, apoiar a emenda parlamentarista do Senador Afonso Arinos, mesmo que o Partido não tenha posição oficial sobre o assunto. Um



Arinos lamenta falta do texto-base

deles salientou que Ulysses é um tipo de político que "não fica em navio que está afundando"; percebendo que a tendência majoritária é pelo parlamentarismo, ele só estaria mantendo a posição presidencialista por questão de princípio, mas examinando com cuidado as alternativas do outro sistema.

A solução que consideraram capaz de reunir mais apoio, no caso da reforma agrária, é aquela que constava

do relatório inicial do Senador Severo Gomes (PMDB-SP), na Comissão da Ordem Econômica: garante a imissão imediata da terra desapropriada ao Incra, mas também o recebimento da indenização em dinheiro pelo proprietário, no meio rural, à legislação sobre o solo urbano.

O Ministro Almir Pazzianotto abordou os temas da estabilidade no emprego e da jornada de trabalho de 40 horas semanais. Ulysses já encomendou a técnicos ligados ao Deputado José Serra (PMDB-SP) uma projeção sobre a adoção das 40 horas, para verificar se a economia se adaptaria a esta inovação. De acordo com o Senador Arinos, a maioria dos participantes do encontro, inclusive Ulysses, se mostrou sensível aos argumentos de Pazzianotto, que destacou a vulnerabilidade dos trabalhadores sob o regime de estabilidade. O Ministro previu que o resultado seria uma grande rotatividade de mão-de-obra e o aumento do desemprego. Mesmo os que defenderam o sistema — Arinos não citou nomes — o fizeram "sem muito entusiasmo".

Na questão da anistia para os militares, o debate foi curto. Arinos disse que há uma grande preocupação, inclusive dele, não só com o que a medida significaria em termos econômicos para o País, mas, especial-

mente, com a possibilidade de uma crise institucional. Os ministros militares se opõem à idéia.

Arinos voltou a atribuir à falta de um texto constitucional que servisse de base aos trabalhos da Assembleia como um dos principais motivos que tornaram "decepcionante" o processo constituinte. Referindo-se ao anteprojeto preparado pela Comissão de Estudos Constitucionais, por ele presidida, disse que o Presidente Sarney deixou de enviá-lo à Assembleia de propósito.

— O anteprojeto optava pelo regime parlamentarista de Governo, e eu desconfio que, por isso, o Presidente não quis enviá-lo à Constituinte.

Preocupado com o tamanho da futura Constituição, defendeu a remessa para a legislação ordinária da maioria dos temas polémicos, mas fez algumas ressalvas, como por exemplo para a reforma agrária. Segundo ele, os princípios devem ficar assegurados, mas sua operação pode ficar de fora.

— Eu temo que esta Constituição possa servir de motivo para espanto e chacota de todo mundo. E, sem ser malicioso, gostaria que fizessemos um texto mais enxuto, com uma certa imprecisão científica, se podemos chamar assim, como a da Constituição dos Estados Unidos, que já dura 200 anos.

Ulysses aceita plebiscito para a Constituinte

Ao participar ontem da solenidade de inauguração da sede da Dataprev no Rio, o Presidente do PMDB e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, disse que se os parlamentares optarem pela realização de uma consulta plebiscitária, esta deverá ser realizada sobre o conjunto da nova Constituição e não sobre um tema isoladamente. Ele lembrou que muitos países procederam dessa maneira, como, por exemplo, a França e a Espanha. E frisou que seria impraticável a realização de um plebiscito sobre temas específicos porque cada proposta constitucional apresenta muitas variantes.

— Existem cerca de 10 tipos de parlamentarismo. Como definir isso por intermédio de uma consulta plebiscitária? Acho, entretanto, que a proposta de se realizar um plebiscito deve ser debatida e decidida pelos constituintes.

Ele assegurou que, se depender do PMDB, o Brasil não irá ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e lembrou que o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, está tentando um acordo com os bancos credores sem a tutela do FMI.

Ao falar sobre o almoço realizado anteontem em sua residência, reunindo Bresser e líderes peemedebistas, Ulysses anunciou que o Presidente José Sarney deverá enviar, em breve, mensagem ao Congresso Nacional desindexando o salário mínimo, a fim de que seu valor possa ser corrigido sem a elevação automática dos níveis salariais de várias categorias. Disse, também, ter discutido com o Ministro a possibilidade de o pagamento do resíduo inflacionário ser antecipado.

Ulysses Guimarães está confiante na permanência no PMDB dos integrantes da esquerda agrupados no MUP (Movimento de Unidade Progressista) e disse ter declarado a parlamentares desse grupo que é importante para o Partido o confronto de idéias divergentes.

Informou também que vai tentar um entendimento sobre os pontos polémicos do anteprojeto de Constituição — através das lideranças e espera que se corporifiquem as idéias que pretende inserir no novo substitutivo.